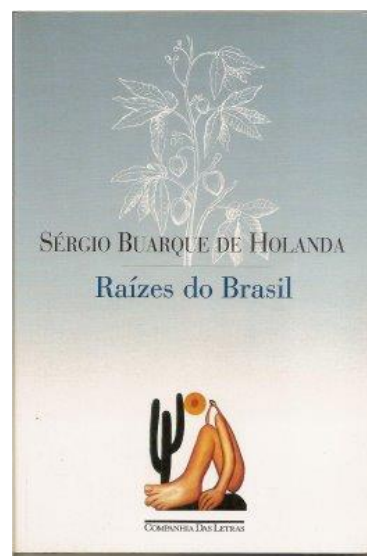


RESENHA¹

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



Josefa Mônica dos Santos
Graduada em Geografia Licenciatura (UFS).
Membro do Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR)
E-mail: monicamaedemiguel@hotmail.com

Marcelo Alves Mendes
Professor Doutor do Departamento de Graduação em Geografia (DGEI/UFS Itabaiana)
Líder do Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional
E-mail: mendesufs@yahoo.com.br

Publicada no ano de 1936, a obra de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* é considerada um clássico da nossa historiografia e das ciências sociais. Um livro relativamente curto e de poucas citações, mas com conteúdo diverso, como mencionou Antônio Cândido prefaciando a referida obra. O autor busca explicações para o atraso social existente na sociedade brasileira da época, utilizando o processo histórico para interpretar o Brasil do contexto da publicação de sua obra e aponta os desafios e perspectivas da sociedade e do Estado brasileiro tornado-a um clássico e ao mesmo tempo uma obra contemporânea. O momento no Brasil era pós Revolução de 1930, de

¹ A presente resenha é fruto das discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional, liderado pelo Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes, vinculado ao Departamento de Geografia do Campus prof. Alberto Carvalho-Itabaiana-SE.

descrença no sistema tradicional, e quando os ideais socialistas estavam frequentemente presentes, e em constante divergência com o sistema em vigor na época. Levado por estas tensões contemporâneas, Sérgio Buarque de Holanda procura, não apenas compreendê-las, mas também abranger e explicar o Brasil e o povo brasileiro, ou seja, o modo de ser e a estrutura social e política.

A teorização da obra é iniciada a partir da caracterização do homem ibérico, fronteiro entre a África e a Europa, miscigenado desde o princípio da ocupação de seu território. Essa particularidade é o ponto principal na argumentação do autor que afirma ser o homem de Portugal e também o da Espanha diferentes, e até mesmo, menos “europeizados” do que o restante do continente. Mostrando que o português é um povo distinto dos demais europeus, o autor procura mostrar a influência lusitana no processo da implantação europeia no processo de construção da sociedade brasileira.

Destaca-se no discurso as principais características dos nossos colonizadores, tais como, a mania geral de fidalguia e a repulsa pelo trabalho regular e as atividades utilitárias, falta de aptidão para organização. O português estaria muito mais apto a aventura e a descoberta. Essa cultura ibérica seria, nas palavras do autor, legitimada em muitas feições, das quais a frouxidão da estrutura social, a falta de hierarquia organizada e as relações personalistas de união, onde há uma busca constante pela satisfação pessoal e pelo prestígio. Salienta-se que a cultura da personalidade é um obstáculo a qualquer forma de associação que tem por base os interesses de um grupo. Visto que o relacionamento social feito através dos sentimentos forja um tipo de disciplina pautada na “obediência cega”, como bem pontua Holanda. Não é possível organizar e democratizar uma sociedade pautada em valores da personalidade, este é o grande entrave ao desenvolvimento de um país, é necessário romper com esses valores para desenvolver uma verdadeira democracia. A contribuição da obra é grandiosa na medida em que torna possível ao leitor enxergar analiticamente os problemas atuais do nosso país relacionando-os a herança colonial e ao sentido da colonização.

Ao escrever os capítulos seguintes, o autor aborda a relação dicotômica trabalhador-aventureiro, seguindo o paradigma das teorias weberianas e argumenta que ambos participam de muitas convenções e, nem o trabalhador nem o aventureiro possuem “existência real”, sendo somente atores criados no mundo das ideias. A ética do aventureiro imaginado pelo autor é pautada em ignorar fronteiras, na amplitude do mundo, nas ações que levem a recompensas imediatas e sem reconhecer os obstáculos, pois o resultado final é o mais importante. Em contrapartida, a ética do trabalhador se baseia fundamentalmente na dificuldade a vencer, e não no triunfo a ser alcançado, o que gera ações mais seguras. A plasticidade social é uma característica concernente aos portugueses,

entendida como capacidade de adaptação ao meio americano – tendo em vista que a tendência aventureira dos lusitanos foi um dos fatores que contribuíram para expansão marítima na fase mercantilista. Nesse sentido, a introdução da cana-de-açúcar no Brasil colonial seria uma forma de ocupação aventureira, não correspondendo a América Portuguesa a uma “civilização tipicamente agrícola”, pois esta não era a finalidade dos colonizadores portugueses. O uso de escravos foi a forma de mão de obra utilizada pelos colonizadores no cultivo da cana, o que também se adequava à repulsa lusitana pela atividade manual e contribuía para diminuir ainda mais a necessidade de cooperação entre os conquistadores.

Cabe ainda mencionar que a abordagem teórica do livro é basicamente feita a partir de comparações, o que a torna clara e perfeitamente compreensível, atraente na medida em que a sua linguagem instiga a nossa inteligência, alimenta os questionamentos e estimula o debate sobre o destino de nossa “moderna sociedade”.

Em seguida, Holanda ressalta que o espírito aventureiro lusitano pode ser considerado positivo quando em comparação à experiência holandesa, pois apresentou grande adaptabilidade, enquanto os holandeses demonstraram todo um trabalho metódico e coordenado, uma religião que não era universalista como a Igreja Católica e o próprio orgulho de raça, que acabaram por demonstrar a falta de plasticidade tão comum aos aventureiros portugueses. Estes eram motivados pela conquista de títulos, posições e riquezas fáceis que lhes garantissem a condição de nada fazerem. Além disso, em nossa metrópole inexistia o “orgulho de raça”, já que em Portugal o povo era mestiço, devido à grande miscigenação ocorrida na época das descobertas e das possessões ultramarinas. Compete aqui abrir um parêntese para lembrar que a falta de orgulho de raça nos portugueses estava também vinculada a um fator importantíssimo que era a escassez de população em seu país, portanto, importava menos a cor e muito mais a reprodução da população.

Holanda estabelece uma relação dicotômica entre o rural-urbano, onde a paisagem natural é associada ao predomínio da fazenda sobre a cidade, sendo esta utilizada apenas para as ocasiões especiais, como festas e solenidades as quais os ricos fazendeiros não podiam deixar de comparecer – a cidade era tida como uma extensão da fazenda. Nesse sentido, a fazenda era compreendida como o lugar da nobreza, onde eram realizadas as atividades diárias, o que se faz supor um forte ruralismo, na medida em que as cidades se encontram quase vazias. A “herança rural” aparece associada à agricultura, e esta associada à escravidão, tanto que é retomado com maior intensidade posteriormente, no momento que ao extinguir o trabalho escravo, a vida rural entra em crise,

cedendo espaço ao crescimento dos centros urbanos.

O modo de vida ligado à fazenda gerou também intelectuais e políticos, atualmente associados logo à cidade. Havia uma valorização exacerbada do “talento”, isto é, do movimento intelectual, do trabalho mental ligado à inteligência que não se relaciona, de forma alguma, ao trabalho manual, o que trazia aos grupos rurais dominantes um aspecto de nobreza, superior aos demais povos. Enfim, a família rural era baseada num sistema de família patriarcal tradicionalista, fundamentado na obediência e onde os vínculos biológicos e afetivos unem o chefe, descendentes, agregados e afins, traduzindo-se até mesmo num modelo para a vida política. É possível enxergar grandes novidades e transformações no cenário nacional depois de tantas décadas? Tirando o fato de hoje a nobreza habitar as grandes cidades? Na verdade o Brasil caminha a passos lentos desde sempre, as transformações são mínimas num espaço de tempo consideravelmente longo.

Outro ponto relevante da obra é o fato de que num primeiro momento a cultura ibérica é tomada com características gerais que seriam adaptadas na América, sem distinções e logo em seguida, o que se observa em “O semeador e o ladrilhador” é justamente a diferenciação entre o que é português e o que é espanhol. Utilizando-se mais uma vez de uma dualidade pautada no tipo ideal de Max Weber, o autor utiliza a formação da cidade como ideia-chave, sendo ela um instrumento de dominação, fundada para fazer presente a figura da metrópole, bem como a centralização do poder nas mãos desta. Nesse sentido, o espanhol é denominado “ladrilhador”, pelo seu zelo urbanístico baseado na razão, na uniformidade e simetria, além da predominância da linha reta, com preferência às regiões internas, “o interior é o seu interesse”. Algo que vale ressaltar é que os espanhóis buscavam constituir no Novo Mundo o Velho Mundo, o que nos ajuda a compreender o significado de cidades bem estruturadas e com traçados retilíneos.

Por outro lado, os portugueses estabeleceram uma política de feitoria, “semeadores” de cidades irregulares, crescidas e fixadas sem controle, próximas ao litoral (demonstrando o seu caráter mercantil, devido à facilidade de escoamento de seus produtos através do mar), movidos pela rotina das experiências pelas quais se guiavam. São cidades que crescem verticalmente e que possuem um caráter altamente imediatista, o que comprova o espírito aventureiro relativo aos lusitanos, quando estes têm em mente apenas aquilo que deve ser alcançado e não relevando os obstáculos, marcando potencialmente uma diferença em relação aos espanhóis, mais visionários, organizados e renovadores da realidade que se apresentava no continente americano.

Utilizando-se de uma análise sociológica e, interessado no tipo ideal weberiano, Holanda



descreve o “homem cordial”, que poderia ser caracterizado genericamente como moldado pela estrutura familiar que, conseqüentemente, gera relações de simpatia e afeto e repulsa por relações impessoais. O “homem cordial” é um tipo ideal que não tem necessariamente em seu estilo a bondade, mas pressupõe comportamentos de caráter afetivo, manifestados até mesmo na religião, algo facilmente identificável no tratamento dos santos, em que estes são vistos como próximos e amigáveis, culminando numa aproximação exacerbada que traz à tona ritos afrouxados e humanizados. A cordialidade na política gera um problema que vai ser denominado de patrimonialismo onde não há distinção do domínio público e privado, sendo a escolha de funcionários feita pelo empregador pautado fortemente pelas relações pessoais, podendo-se dizer que a cordialidade nesse caso passa a ser uma estratégia das classes dominantes. Neste contexto, é comum ouvir até hoje falar em políticos que são considerados “pais dos pobres”, “amigo dos amigos”, entre outros. Tudo isso é consequência do patrimonialismo e da cordialidade presentes marcadamente em nossa cultura. Como consequência, na atualidade temos o clientelismo e também o nepotismo na nossa política. O homem cordial é uma realidade viva em nossa cultura, uma vez que mudam-se as estruturas da sociedade, mas a base ainda permanece a mesma, conforme interpretação realizada pelo autor no início do século XX, mas com elementos tão presentes na sociedade contemporânea.

Por fim, o iberismo cede espaço lentamente ao americanismo, na medida em que toda cultura adaptada da Europa entra em declínio. A ordem tradicional, baseada no ruralismo e na família patriarcal, cede espaço à cidade e sua cultura, numa modificação que se caracteriza ainda pela passagem da cana-de-açúcar ao café, o que marca o “desmoronamento das raízes ibéricas” e o nascimento de um novo estilo, o americano propriamente dito. Nesse sentido, a abolição da escravatura surge como um marco divisório, em que principia de fato a fragmentação da sociedade agrária, que dá início à “nossa revolução”, lenta e sem grandes transformações na estrutura, visto que esta revolução vai transformar o Brasil que agora ainda é um país sem identidade própria e com estilo de vida baseando no americanismo, ou seja, o país permanece na condição de subalterno diante do mundo moderno.

Sintetizando, *Raízes do Brasil* representa um marco historiográfico quando se considera a forma como a história brasileira era contada na época de sua publicação. Explicitando conceituações baseadas em contrastes dicotômicos, Holanda não se mostrou preso a um paradigma de análise dominante, visto que na época, estava influenciado muito mais, pelas ideias revolucionárias, o que em si já torna a obra em um feito grandioso e extremamente inovador, numa

época em que os autores contemporâneos a ele se preocupavam com questões de natureza biológica, de “raça”.

Compete afirmar que a obra merece e deve ser lida por todos os estudiosos que se interessem pela “formação” do Brasil, fazendo as devidas ressalvas a alguns conceitos e informações que com o passar do tempo já não correspondem evidentemente a nossa realidade atual, fato que, torna a obra mais interessante e curiosa, porque nos dá a possibilidade de comparar diferentes formas de interpretação da realidade do nosso país em contextos históricos diversos.

